

SIMPÓSIO AT123

POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:

LÍNGUA, SUJEITOS E SENTIDOS

BRESSANIN, Alexandra¹

UNEMAT/Universidade do Estado de Mato Grosso (Brasil)

Email: alexbressanin@hotmail.com

Resumo

Filiada a uma concepção discursiva e materialista de linguagem, propomos um estudo sobre as Políticas Públicas de ensino que se mostram como um lugar de ancoragem para discutir a constituição do saber sobre/a língua. A determinação histórica das ideias e dos sentidos interfere no ensino. Desse lugar teórico, um gesto de interpretação sobre a descolonização do currículo (cf. Orlandi, 2009), apenas mais um “olhar às avessas” (Pêcheux, [1975] 2009) sobre os discursos das práticas de escolarização, o aluno constitui-se como o sujeito da “falta” que precisa adquirir habilidades linguísticas para obter ascensão social. Todavia, é na contradição do ensino de língua que o assujeitamento às formas históricas do capitalismo produz a individuação e segregação dos sujeitos que, ao logo da história, permanecem à margem sem “acesso à educação”, um direito de todos.

Palavras-chaves: Políticas públicas, discurso, currículo, sujeito.

Abstract:

Affiliated to a discursive and materialistic conception of language, we propose a study on the Public Policies of teaching that are shown as a place of anchorage to discuss the constitution of knowledge about the language. How does the historical determination of ideas and senses interfere with the teaching? From this theoretical place, a gesture of interpretation on the decolonization of the curriculum (Orlandi, 2009), just another “look backwards” (Pêcheux, [1975] 2009) on the discourses the practices of schooling, the student constitutes as the subject of the “lack” that needs to acquire linguistic abilities to obtain social ascension. However, it is in the contradiction of language teaching that subjection to the historical forms of capitalism produces the individuation and segregation of subjects who, at the outset of history, remain on the sidelines without “access to education”, a right of all.

Keywords: Public policies, speech, curriculum, subject.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística/UNEMAT/2019. Professora da Rede Pública de ensino no Estado de Mato Grosso. Email: alexbressanin@hotmail.com.

Introdução

Organizamos este trabalho pelo viés teórico da história das ideias linguísticas e da escolarização no país, articulada a análise de discurso de linha materialista, ampliando nossa reflexão para o modo como a língua, passível de equívocos, inscreve-se na história para significar os sujeitos. Buscamos compreender os processos discursivos que constituem a contradição no ensino, revelando o confronto que aí se dá, do simbólico com o político, marcado pela divisão e determinação das ideias e dos sentidos.

Na constituição desse dispositivo analítico, tomamos como arquivos de descrição e análises recortes de alguns enunciados que compõe a Base Nacional e outros documentos que deverão orientar as escolas na produção do Projeto Político Pedagógico, Organização curricular, Planejamentos e outras atividades escolares propostas para o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) que a partir de agora, passa a contar com um “currículo comum” a todos os estudantes, tanto de escola pública como particular.

A análise de discurso, tal como formulada por Michel Pêcheux, desloca a noção de transparência e opacidade para compreender a língua, a história e o sujeito. Por essa razão surge como uma teoria de entremeio e define o discurso como seu objeto cuja base é a materialidade linguística.

Essa postura teórica nos permite refletir a história dos sentidos do saber sobre/a língua. Sendo assim, no decorrer do trabalho ao mobilizar o nosso olhar sobre o *corpus* e relacioná-lo com as condições de produção em que surgiram, podemos tomá-lo como um documento não transparente que produz efeitos de sentido para a história das políticas curriculares no país.

Nesse trajeto de leitura, podemos pensar a língua na sua relação à exterioridade, um objeto de poder que permitiu a construção do país. Quando concebemos o discurso na sua relação com o simbólico, constituído em uma rede de processos discursivos que se constituem na relação com o histórico e o político. O movimento de reformas curriculares constitui-se num desafio às práticas linguísticas, “[...] língua e os instrumentos linguísticos são objetos

históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado” (cf. Guimarães, 1996, p. 14). Sendo assim, é importante compreender o currículo escolar como instrumento de ensino que contribui para a construção de identidades sociais.

Nosso texto resulta de um gesto de interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) criada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017. A discursividade em torno desse documento faz parte de uma política de ensino de língua defendida pela administração da atual conjuntura sócio-política do governo federal no Brasil. Lendo os enunciados que compõe o novo documento de lei, notamos que esse discurso dá visibilidade a uma questão essencial no ensino, como neste recorte.

Em um país como o Brasil, com autonomia entre os entes federados, a acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades, a busca por **equidade na Educação** demanda **currículos diferenciados** e adequados a cada sistema, rede e **instituição escolar**. Por isso, nesse contexto, não cabe a proposição de um currículo nacional (Grifos nossos. BNCC, 2017, p. 10).

Esse funcionamento discursivo produz na educação brasileira o sentido de feito inédito, em razão de se propor como uma ação democrática e um amplo debate social pela construção coletiva de um currículo nacional comum às escolas públicas e particulares visando à igualdade e a universalidade. Desse modo, considerando as condições em que tais políticas de ensino foram produzidas e veiculadas na mídia, produzem sentidos numa dada direção “as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes e refletem...” (PÊCHEUX [1975] 1995, p. 281), ocultando assim, outros sentidos.

Essa divisão é apagada no novo documento que afetado pelo imaginário, mostra um lugar onde esse imaginário de unidade fundamenta a construção de ações políticas que corresponde ao lugar da contradição, silêncio do dizer,

assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente **aberta à pluralidade e à diversidade** e a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável a todos, sem exceção, **independente da aparência, etnia, religião, identidade de gênero, orientação sexual, ou quaisquer outros atributos**, garantindo que todos possam aprender [...] (Grifos nossos. BNCC, 2017, p. 11).

A materialidade discursiva acima reflete uma política de ensino que defende a pluralidade e a diversidade, mas as condições de produção e as formações discursivas em que se inscreve, dão visibilidade a um discurso autoritário “em que a polissemia é contida, o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor” (ORLANDI, 1989, p. 86).

Compreendemos a materialidade simbólica que compõe a textualização desse documento curricular um “consenso” entre o jurídico e o administrativo. Trata-se de um pacto interfederativo, um jogo político e que se impõe às escolas para efetivar as ações das políticas de Estado, apagando a luta de classes, a batalha ideológica pela igualdade social. Enfim, os gestos de resistência.

Desta forma, na sociedade capitalista temos um indivíduo livre e submisso, um sujeito jurídico (sujeito de direito e deveres) frente ao Estado e aos outros homens. Um sujeito marcado pelas determinações histórico-sociais que o constituem. Essas leis projetam um assujeitamento do indivíduo por meio dos *aparelhos ideológicos* (cf. Althusser, 1985, p. 78) que contribui para a formação de um sujeito social historicamente produzido.

Compreendemos que a materialidade simbólica que se textualiza na Base Nacional Comum Curricular se inscreve numa formação discursiva, numa conjuntura política feita pelo “consenso” entre o jurídico e o administrativo. Ao criar novas políticas curriculares, o governo federal “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p.147) no currículo das escolas brasileiras.

Outro fato que nos interessa ler aqui é de que modo às noções, de *cidadania e civilidade*, *direitos e deveres* entre outras foram ressignificadas nesse documento curricular. Vejamos outro recorte:

O objetivo norteador da BNCC de Língua Portuguesa é garantir a todos os alunos o acesso a saberes linguísticos necessários para a participação social e o **exercício da cidadania**, pois é por meio da **língua** que o ser humano pensa **comunica-se**, tem acesso a informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e **produz conhecimento**. (Grifos nossos. BNCC, 2017, p. 63).

Refletindo sobre o consenso entre o jurídico e o administrativo Susy Lagazzy (2010) discute a noção de *cidadania* nas relações que pautam o Estado capitalista, mostrando que “apagada na sua constituição jurídica a cidadania naturaliza o cidadão como um sujeito livre, consciente e lutador: Ser cidadão é respeitar é participar...” (p, 82). Neste sentido a cidadania é um produto democrático que individualiza o sujeito e se distancia de um bem comum.

Nos processos discursivos que compõe a Base Nacional, considerando as condições de produção desse documento, um texto em fase preliminar que passou por um processo de consulta pública e depois um desfecho. O governo Federal por meio de diversas propagandas veiculou na mídia que o documento é fruto de um amplo processo de debate e negociação com diferentes “atores do campo educacional” (cf. BNCC, 2017), inclusive de diálogo coletivo com professores especialista, escolas e sociedade.

E, nessa filiação teórica podemos dizer que o documento produz o efeito de verdade, pois inscreve esse discurso numa *formação discursiva*² que ao ser

² Conceito formulado por PÊCHEUX ([1975] 2009, 147) a partir da releitura de Foucault “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que *pode e deve ser dito* [...]”.

textualizada em forma de documentos curriculares e políticas determina um lugar para a Educação Brasileira.

No entanto, o pré-construído nesse documento silencia que há o político na escola. Dessa maneira, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2008, p. 100).

Dessa forma, temos uma política que textualiza sobre os “direitos de aprendizagem” e responsabiliza o professor pelo fracasso escolar. Todavia, é na contradição do ensino de língua que o assujeitamento às formas históricas do capitalismo produz a individuação e segregação dos sujeitos que ao longo da história permanecem à margem sem “acesso à educação”, um direito de todos.

Considerações Finais

Ao dar visibilidade à legitimação da nova proposta, a Base Nacional Comum Curricular para o todo o território nacional, “em parte as próprias ilusões que mantém o povo “encantado”, o que implica que ideologia não é um puro não ser, mas uma força material” (Pêcheux ([1975] 1995 p. 282). Pensar sobre essas continuidades e rupturas no fazer pedagógico e nos discursos das políticas de línguas em relação ao “fracasso escolar” no ensino público.

Desse lugar teórico, apenas um gesto de leitura sobre a “descolonização do currículo” (Orlandi, 2009), apenas mais um “olhar às avessas” (Pêcheux ([1975] 2009) sobre as discursividades que propagam as políticas curriculares e as mudanças na Educação. O sujeito é livre e autônomo para submeter-se à norma da língua, do mesmo modo que assujeita-se às normas da sociedade. Então, formula a autora em (1992), para “compreender a linguagem é preciso entender o silêncio para além de sua dimensão política” (p. 17). Ou seja, é preciso significar o silêncio, seus limites e sentidos.

A adoção por este viés teórico materialista nos permitiu traçarmos um estudo discursivo sobre a nova política de ensino proposta pelo governo federal, a Base Nacional Comum Curricular.

Esse apagamento do lugar do professor resulta do trabalho político do Estado sobre os *aparelhos ideológicos*, para ser livre, é preciso “ousar se revoltar” (cf. Pêcheux [1975] 2009, p. 281) e se libertar, lutar contra as forças que nos oprimem negando direitos e, por isso, se rebelar.

Por mais “balbúrdia” na educação.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do estado** (AIE/Louis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017.

_____. **Proposta Curricular do Estado de Mato Grosso** (versão preliminar). SEDUC, 2018.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. “O confronto político urbano administrativo na instância jurídica” In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010. (75-83)

ORLANDI, E. P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: (Org). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010. (p.11-42.)

_____. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat. Editora, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes: Campinas, 2008.

_____. (1975). **Semântica e Discurso**. 4ª. ed. Campinas. Editora da Unicamp, 2009.

PFEIFFER, C. C. **Políticas públicas de ensino: lugar e não-lugar para sujeitos urbanos**. Em Escritos n. 8, Labeurb, 2004.